



FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DOS ÍNDIOS BORORO NAS TERRAS DE MATO GROSSO

Loiva Canova¹

RESUMO

Este texto contextualiza a história da capitania de Mato Grosso no Setecentos, para discutir a presença dos índios Bororo na nova repartição administrativa de Portugal, em 1748. As minas do Mato Grosso e as do Cuiabá formaram a Capitania, que no processo de expansão, conquista e colonização resultou na apropriação de terras indígenas. Os espaços de ocupação indígena foram transformados em lugares de colonização, reterritorializados com escravos negros africanos, europeus e mamelucos; e dos processos históricos da expansão dos bandeirantes, das monções, do sonho do ouro, da caça aos índios e das estratégias geopolíticas de colonização do império português. Evidencia-se a presença indígena Bororo com trechos da documentação local produzida por agentes do governo português e estudos que resultaram do tema pesquisado. Os Bororo contracenaram um enredo de trabalho, resistência e conflitos como agentes importantes no processo de colonização portuguesa.

Palavras-chave: Índios Bororo - Mato Grosso - Colonização.

ABSTRACT

This text contextualizes the history of the captaincy of Mato Grosso in the Setecentos, to discuss the presence of the Bororo Indians in the territory set up as the new administrative division of Portugal in 1748. Mato Grosso and Cuiabá mines formed the Captaincy, which in the process of Expansion, conquest and colonization resulted in the appropriation of indigenous lands. The spaces of indigenous occupation were transformed into places of colonization, reterritorialized with African slaves, European and Mamluk; and the historical processes of the expansion of the Bandeirantes, the monsoons, and the wish of having gold, the hunting of the Indians and the geopolitical strategies of colonization of the Portuguese empire. The indigenous Bororo presence was evidenced by excerpts from the local documentation produced by agents of the Portuguese government and the studies that resulted from the researched topic. The Bororo Indians plotted a scenery of work, resistance and conflicts, as important agents in the process of Portuguese colonization.

Keywords: Bororo Indians, Mato Grosso, colonization.

Os lugares da história setecentista: as minas do Cuiabá e do Mato Grosso

¹Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) canovaloiva@gmail.com

Há nas fontes oficiais, ainda no período da colonização seiscentista, relatos sobre os índios Bororo quando serviam de guia para especialistas em escravos índios no interior da América portuguesa, conduzindo-os até aldeias e povos que eram o alvo dos conquistadores. Nos anos seguintes, os sertanistas, empenhados na descoberta do minério e na caça aos índios, descobriram minério nas regiões que foram conhecidas como minas do Cuiabá e minas do Mato Grosso. Foi nas terras de Mato Grosso, capitania fundada em 1748, de extensas áreas de conquista colonial portuguesa, que os índios Bororo foram descritos na correspondência de Antônio Rolim de Moura, um de seus administradores, nomeado Governador pelo rei de Portugal, seu primo, ainda no ano de 1746.

A partir desse contexto temporal e espacial, tem-se por objetivo apontar a presença dos índios da nação Bororo conforme relatos do governador e capitão-general Antônio Rolim de Moura durante o exercício da administração da capitania de Mato Grosso entre os anos de 1752 a 1764, e situar o leitor quanto a particularidades da história desse povo apresentando excertos de produções acadêmicas que referenciam a temática em questão no período colonial. Para a análise do assunto, foram pesquisadas fontes oficiais, publicadas em obras que tratam do conteúdo da correspondência de Rolim de Moura no período do seu exercício de governança na capitania de Mato Grosso.

O referencial administrativo e cronológico tem como fatos marcantes a criação da capitania do Mato Grosso, em 1748, que compreendia as duas repartições, o Cuiabá e o Mato Grosso; a vinda do Governador para a administração da capitania, em 1751; a fundação da capital da capitania, Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752; e a saída do Governador, no ano de 1764, quando assumiu a governança na Bahia, e mais tarde, foi homenageado pelo rei de Portugal como a nomeação do cargo de vice-rei do Brasil.

Num esforço de interpretação das fontes primárias, em especial a documentação produzida pelas autoridades coloniais, lidas à luz de outros estudos sobre os Bororo, e a partir de reflexões teórico-metodológicas consideradas pertinentes, a intenção é reconstituir o movimento de elaboração das imagens sobre esses índios no contexto da colonização portuguesa da primeira metade do século XVIII. Nesse sentido, este artigo insere-se na perspectiva da história cultural e tem a intenção de refletir sobre as relações e conflitos interétnicos constitutivos da história de Mato Grosso, no contexto das ações colonizadoras portuguesas na primeira metade do século XVIII, e assim compreender de que modo os índios

da nação Bororo foram representados nos discursos dos agentes coloniais, em particular na correspondência de Antonio Rolim de Moura.²

A sociedade que foi se constituindo a partir das descobertas do ouro, no local em que foi fundada a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em 1727, e posteriormente na região que veio a ser denominada Mato Grosso, em 1734, também resultado de descobertas auríferas, exigiu da Coroa portuguesa um projeto colonizador que justificasse suas escolhas e definisse estratégias de concorrência e de dominação sobre os indígenas e seus territórios. A execução desse projeto, no que diz respeito aos indígenas, exigia a formação de uma nova identidade histórica, nela moldando um sistema econômico, político e cultural de relações, uma identidade social que previa a relação de poder vinda de um soberano, padronizando religião, língua e conceitos socioculturais. As informações sobre o assunto são lidas na correspondência do período, as quais exigiam condutas de extermínio, como a guerra justa, ou políticas de aldeamentos por atuação dos missionários:

Das Povoações de Sancta Anna, e São Francisco Xavier do Matto Groço á Cidade de São Paulo, poderão Ser SeisCentas Legoas pouco mais, Ou menos: Toda esta distancia, e da largura dos Lados emCruzando a mesma, em Certos Limites foi habilitada de diverssas Nações de Gentios, húas menos, e Outras mais ferozes, Como as dos Cayapóz, Payaguás, Cavalheyros, e algúas, que inda delles existem restos de pequenos Lotes. Porem no primeiro todo do seo Nascionismo padeceo extraOrdinaria diminuição, q' qd. ° deixasse de exceder Seria o estrago imitante ao de dous Milhões de racionais, (...) Christovão Magalhaes Moraes Juis Ordinario da V. ^a do Cuyabá; em q' diz faz oito representações p.^a aumento daquellas povoações. e a pr. ^a vem Com a mesma Carta, q' em Suma pede MiSsionarios, q' Cathequicem, e doutrinem os gentios nas Suas mesmas terras, Com q' Se irão descobrindo melhor as Minas q' tiverem, e farão opposicção nas noSsas demarcações as fronteyras dos Castelhanos; e facilitarão as Navegações dos Rios p. ^a o Grão Pará &.³

A recém-criada capitania de Mato Grosso formava uma raia dilatada, e Antônio Rolim de Moura, em cumprimento às ordens reais, partiu em direção ao Alto Guaporé para ali

² CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 9-27.

³ CARTA do juiz de fora ordinário da Vila de Cuiabá Cristóvão de Magalhães e Moraes ao rei [D. João V] a pedir missionários que doutrinassem a catequese ao gentio. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 14 de novembro de 1749. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. *Projeto Resgate*. Caixa 5, doc. n. 311. X.

fundar uma vila, que seria a capital do Mato Grosso, e trabalhar na defesa e demarcação das terras portuguesas estabelecidas pelos gestores do Tratado de Madri.

Antônio Rolim de Moura iniciou uma política local de defesa oficial das margens do Guaporé e trabalhou para manter os espanhóis distantes da margem oriental do rio. Também traçou uma política de austero combate em defesa das terras, mais pontualmente na bacia do Guaporé, local onde os portugueses haviam descoberto ouro nos anos trinta do século XVIII, fundando ali a capital, Vila Bela, às margens do rio tributário do Madeira, limítrofe às Missões de Moxos e Chiquitos (nordeste da atual Bolívia) dos jesuítas espanhóis.⁴

Nos documentos escritos pelo governador há informações a respeito dos perigos e ataques, da localização dos territórios indígenas, ora tratando da política de alianças, ora do seu combate. Os Caiapó, Paresi, Guaicuru, Paiaguá, Bororo e Mura foram os mais mencionados, e há registros quanto à localização geográfica dos territórios, o exercício das suas funções sociais no processo da colonização e o modo como se relacionavam com a natureza. Essas nações indígenas foram também comparadas ao território europeu em graus de maior ou menor “civilidade”.

Deste modo, observa-se que a correspondência do governador é material fundamental para apresentar o papel histórico dos índios, em especial os Bororo. Muitas ações foram desenvolvidas pelos índios, e há vários registros de juízos de valor para construir a alteridade entre colonizador e povos ameríndios, assuntos pertinentes, aqui relatados.

Os Bororo no espelho do colonizador

De acordo com a pesquisadora Lisandra Zago, o termo “bororo” foi usado pelos primeiros exploradores para identificar os membros desse mesmo grupo, os quais podem também ser pesquisados pelos diversos nomes e apelidos recebidos no decorrer da história: Araés, Aracys, Ararirá, Aravirá, Araripoconé, Biriouné, Biriwoné, Bororo da Campanha, Bororo Cabaçal, Bóe, Bóe, Bororó, Bororo Oriental, Bororo Ocidental, Coxipó, Coxiponé, Cuiabá, Koxiponé, Coroado, Porrudos, Oráripoconé, Orári Mógó-dóge, Oraril, Purianas e

⁴ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004. p. 11.

Pararioné”.⁵ O termo “Bororo” foi usado pelos primeiros exploradores para identificar os membros desse povo, e “outros apareceram ao longo da História, como Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororos, Aravirá, ou Bororos da Campanha, Bororos Cabaçais, Bororos Ocidentais, Bororos Orientais...”⁶

Os Bororo são um dos povos indígenas mais pesquisados no Brasil e no mundo, segundo Hartmann⁷ e Enawurú.⁸ Escravizados pelos sertanistas, esses índios enfrentaram a acelerada depopulação de suas aldeias logo no início da colonização. O maior efeito da “violência aparece mais claramente na dizimação de aldeias dos Bororo Ocidentais, alvos de muitos massacres”.⁹

Os “*Bóe* [outro termo atribuído aos Bororo] ocuparam um vasto território no interior da América do Sul, que hoje, em sua maior extensão, integra os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul” e também parte do ecossistema pantaneiro, “e alcança um trecho de Goiás, na região de Aragarças, e a bacia do curso superior do Paraguai, penetrando ainda a fronteira com a Bolívia”. Ainda há que se dizer, usando as mesmas fontes de Portocarrero, a *Enciclopédia*, que esses povos ocuparam uma área aproximada de 350.000 km², ou seja, 35 milhões de hectares, em que se distribuía uma população de milhares de índios”.¹⁰

Com base nos estudos linguísticos apresentados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Portocarrero aponta que os Bororo são família do tronco Macro-Jê, com alguns elementos específicos da língua Tupi, portanto, tem formação de diferentes tribos. De acordo com Enawurú, eram Bororo os Porrudos da bacia do Rio São Lourenço; os Coxiponês da bacia do Rio Cuiabá, cujo nome deriva de seu afluente o Rio Coxipó; os Araripoconês; os Aravirás ou Bororo de Campanha, da margem direita dos rios Paraguai e Jauru; os Bororo Cabaçais, da

⁵ Ver: ZAGO, Lisandra. *Etnoistória Bororo: contatos, alianças e conflitos* (séculos XVIII e XIX). 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, 2005. p. 25.

⁶ ENAWURÉU, Mario Bordignon. *Os Bororo na história do Centro-Oeste brasileiro: 1716-1986*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1987. p. 1.

⁷ HARTMANN, Thekla. Cultura material e etnohistória. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, n. 23, p. 175-197, 1976.

⁸ ENAWURÉU, 1987.

⁹ ZAGO, 2005, p. 16.

¹⁰ PORTOCARRERO, José A. Botura. *Bái, a casa Boé: Bai, a casa Bororo: uma história da morada dos índios Bororo*. Cuiabá: ICHS/UFMT, 2001. p. 24.

bacia do Rio Cabaçal; os Araés e os Coroados. Conforme observou Antônio Colbacchini, foi Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, o primeiro a perceber, em 1851, que todos esses grupos pertenciam ao mesmo povo Bororo. Ou seja, eram todos *Bóe*.¹¹

A fim de contextualizar as relações entre os agentes da colonização e os Bororo, algumas pesquisas¹² comprovaram a atuação deles no percurso do século XVII, anterior à descoberta das minas do Cuiabá e do Mato Grosso. Há indícios de que esses povos estavam nas terras paulistas, porta de entrada dos caçadores de índios e exploradores de minério para o interior do Brasil, que servia aos interesses dos sertanistas nos achados do minério e na escravidão indígena. Os índios Bororo, que haviam sido domesticados pelos colonizadores, trabalhavam como guias no processo de expansão sertanista pelos sertões da América portuguesa, ajudando os conquistadores interessados no domínio de outras nações noticiadas.

A narrativa de Antônio Pires de Campos, datada do ano de 1672, reconhecia mais de uma centena de diferentes nações indígenas naqueles sertões, e é referência importante para tratar das nações indígenas da região onde se delimitaria o território de Mato Grosso. De acordo com o relato sertanista, “narrá-lo seria processo infinito... por se perder o algarismo”.¹³ Dentre os vários povos mencionados, estavam os índios da nação Caiapó, os Paiaguá, Guaicuru, Bororo, Paresi. Do autor, cita-se uma importante passagem sobre parte de um dos territórios dos Bororo, o Pantanal.

Trata-se agora do Rio dos Porrudos: subindo por ele acima habita o primeiro lote de gentio chamado Taquari, lote pequeno mais muito valente. Estes em certo tempo usam de canoas, é gentio de mantimentos e aldeias, usavam de muita mandioca, batatas, abóboras e tabaco. Os trajes suas palhinhas nas partes verendas, as mulheres com seus reparos de fios, e subindo mais acima habitam os chamados Araripoçonez, e são dois lotes valentíssimos pelas suas armas: usam de arcos e flecha e garrotes de duas mãos, estes vivem de corso e de montarias; subindo mais acima habitam os Cruaraz, também são três lotes de gentios muito grandes, estes dão guerras àqueles vizinhos chamados Araripoçonez, e fazem

¹¹ COLBACCHINI, Antonio. *A tribo dos Bororós*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1919 e COLBACCHINI, Antonio; ALBISETTI, C. *Os Bororós Orientais Orarimogodoguedo Planalto Oriental de Mato Grosso*. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

¹² VIERTLER, Renate Brigitte. *A duras penas: um histórico das relações entre índios Bororo e “civilizados” no Mato Grosso*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990; PORTOCARRERO, 2001; CALDAS, J. A. *Memória Histórica sobre os Indígenas da Província de Matto-Grosso*. Rio de Janeiro: Polytechnica de Moraes e Filhos, 1987.

¹³ CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos, do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo (1723). In: TAUNAY, Afonso de Escragnolle. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 179.

grandes estragos uns aos outros só a fim de dizerem que são valentes, também vivem de montarias, nas armas e nos trajes não há diferença, e subindo mais acima nas cabeceiras do próprio rio habita o gentio chamado Porrudos, resto de muitíssima gente, e estes senhoreavam todo o rio, é gente de língua geral, e aldeados com muito mantimento, e também usavam de canoas de cascas, e o seu modo de remar era sentados, e o resto deles que há hoje dizem são governados por um doméstico que fugiu da companhia dos brancos.¹⁴

Esse importante relato do sertanismo do fim do Seiscentos é uma referência à história do início da colonização no lugar que viria a se delimitar o território de Mato Grosso. O autor apresenta descrição dos vários povos indígenas situados às margens dos rios Paraguai, Cuiabá, Cuiabá-Mirim, Coxipó, Guaporé, Sararé, Galera e muitos outros que serviram de itinerário às monções dirigidas ao extremo oeste. A narrativa foi enviada a Portugal e serviu de orientação à aplicação da política pública colonialista em relação aos índios naquela parte do território. O conteúdo documental orientou as estratégias colonizadoras, determinando, por exemplo, por meio de guerras, a eliminação das nações que dificultavam a expansão nos feitos da conquista portuguesa.¹⁵

Conforme Carlos Alberto Rosa, Cuiabá foi lugar que teve em prospectos suas linhas e curvas e, nas construções dos equipamentos da vila, o esforço conjunto de muitos trabalhadores. O trabalho indígena foi na maior parte dos Bororo, Paresi, Guató, Paiaguá, Guaná, Mizuaré e dos negros africanos escravizados e forros.¹⁶ No intuito de ressaltar a discussão do autor, apresenta-se informação documental da presença Bororo e escravos negros, numa passagem, na qual lê-se a relação conflituosa entre os índios da nação Bororo e os interesses dos agentes da colonização, e o alvo da disputa foram os africanos escravizados:

Táobem na Chapada deráo os Bororos na ultima outava de Pascoa onde matarão hua negra, e frecharáo dous negros. Sahirão duas Bandeiras para este Certáo permita Deos se estinguáo estes venenozos bixos que tanto vão danificando este Paiz e impossibilitando as conveniências a seus habitantes.¹⁷

¹⁴ CAMPOS, 1981, p. 179.

¹⁵ CAMPOS, 1981, p. 179 e ss.

¹⁶ ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003. p. 23-24.

¹⁷ CÓPIA DE CARTA escrita ao Excelentíssimo Senhor Conde e General pelo Provedor da Fazenda Real das minas do Cuyaba, Thomé de Gouvea e Saâ Queiroga. Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, 7 jun. 1734. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR (UFMT), microficha 28, doc. 1092/AHU.

Para o historiador Carlos Alberto Rosa, os índios dos Cabixi, Paresi, Maimbaré, Bacairi, Guató, Paiaguá, Bororo e africanos escravizados estavam presentes no termo da Vila do Cuiabá, em 1740, e foram eles que trabalharam compulsoriamente em distintos ofícios e economias, inclusive em lavras, lugar de produção, que representava maior controle, vigilância e investimentos do poder metropolitano.¹⁸

Existiam ‘mais de dois mil’ índios ‘administrados’, no termo da Vila Real, a população do termo era ‘mais ou menos’ seis mil pessoas, os índios sendo 35 por cento desse total. Não se sabe ainda quantos viviam na vila. Mas trabalharam na construção do espaço edificado em seu território invadido, moraram nele, percorreram-no de ponta a ponta.¹⁹

A utilização do trabalho indígena “estendeu-se à agricultura, à pecuária e aos serviços domésticos”, acrescenta-se o trabalho na extração mineral, na defesa do território, exercendo a atividade de guia, de navegação, localização... Para além dos ofícios da produção econômica, no papel da mão de obra em múltiplos afazeres, em 1740, índios de vários povos estavam na Vila e participavam dos cotidianos festivos e dos cerimoniais católicos. A informação é confirmada em carta assinada pelos oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá, quando camaristas relatam ao rei Dom João V as despesas com o festejo da procissão do Corpo do filho do Deus cristão. Para o ritual, os funcionários manifestaram a necessidade de cera, para iluminar as ruas e impressionar os índios que assistiriam ao cortejo. O ritual cristão, se bem paramentado, justificavam os camaristas, traria mais índios para o batismo.

Não Sô nas festas, e procissoes que a lei determina[?] Se fação, mas tambem, e principalmente[?] na do Corpo de Deus toda da real proteção[?] de V. Mag.^{de} Se practica nesta Villa a grande[?] indecencia de quaze hir Sem Luzes, porque Como[?] ainda Se não achão restabelecidas as poucas[?] Irmandades que nella há, e [ileg. + - 2 pal.] rendas[?] para as despezas, Supposto que acompanhe[?] as procissoes não tem Cera com que o fação; ao[?] que me parece justo que o pio, e Catholico Zelo de V. Mag.^{de} não permita o concorra[?] com as Luzes neceSsarias aSim as Irmandades Como a todas as pessoas que tiverem Servido nesta Camera obrigadas a acompanhar as ditas procissoes, porque Se nas mais povoações deste Brazil,

In: MORGADO, Eliane Maria de Oliveira *et al.* (Org.). *Coletânea de documentos raros do período colonial (1727-1746)*. Cuiabá: EdUFMT, 2007. (Série transcrição: correspondência, v. 2), p. 56.

¹⁸ ROSA, 2003, p. 25.

¹⁹ ROSA, 2003, p. 37.

aSim Se esta practicando; Com[?] muito maior razão Se deve observar nesta[?] Comarca, onde a immensidade de gentios[?] de varias nascões está attento ao nosso Culto[?] divino, e lhes Servirá de maior edificação[?] toda a magnificencia, Consiliando os animos para Com mais fervor deixarem os Seus gentilicos ritos, e Se inclinarem a receber o Santo baptismo. O que aSim[?] esperamos na real grandeza de V. Mag.^{de} e que determine aos Corregedores Levem em[?] Conta esta despeza aos Procuradores da Camera, pela qual esperamos em Deus[?] Seja Servido duplicar as rendas della no[?] maior augmento destes vastos dominios[?] [f. 1v] Dominios de V. Mag.^{de}, que em tudo mandará o que for Servido.²⁰

Neste caso, os funcionários da Câmara mostraram-se ocupados em utilizar os recursos de sedução por meio dos paramentos que ornavam a procissão e o festejo, com a intenção de convencer os índios a adotarem os novos rituais religiosos trazidos pelos colonizadores. As práticas de conversão ao Cristianismo usadas pelos missionários faziam-se, muitas vezes, oralmente, pelas preleções verbais ou pelas encenações gestuais e religiosas empregadas para atrair a atenção.²¹

Passados três anos da solicitação dos funcionários da Câmara feita ao rei para atender aos custos da dramatização ritualística de festejos cristãos, comprovando o enredo da presença indígena na Vila, tem-se outro relato interessante do Governador da Capitania. De acordo com o governador, para assim justificar a necessária fundação de uma missão na Serra Acima, ou na Chapada do Guimarães, como é mais comumente denominada, destacou os maus-tratos e as más condições em que viviam os índios sob a administração dos moradores da Vila do Cuiabá.

Sempre ella ha de Ser mayor porque he tal o dezemparo em que estes Mizaraves Viviam na mam dos Seus administradores que a Mayor parte andavam quazi inteiramente nus e adoecendo os deix[?] morrer Sem assistencia pello que aos que Se tem vindo recolher foy e he necessario acodirlhe a muytos com aLguma cobertura e curalos das queixas que padeciam Sem remedio que principalmente este anno tem Sido muyto geraes.²²

²⁰ CARTA dos camaristas da Vila de Cuiabá (Domingos Leme da S.^a[?], Christovão de Magalhães Moraes, Fran.^{co} Ribr.^o e Moraes, Dionizio Fellix de Carvalho e Luis de Araujo Coura) ao rei Dom João V. Vila de Cuiabá, 22 jun. 1748. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. *Projeto Resgate*. Caixa 4, doc. n. 234.

²¹ Sobre o assunto da atuação dos missionários, ler: ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 95.

²² CORRESPONDÊNCIA enviada pelo governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura para o rei D. José. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 11 jul. 1751. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. *Projeto Resgate*. Caixa 6, doc. n. 355.

Embora seja um discurso enaltecedor da boa conduta diante de seus pares, do bom governante, do homem cumpridor das responsabilidades a ele atribuídas a mando da Rainha de Portugal, Mariana d'Áustria,²³ esposa do adoentado rei D. João V, é bem verdade que os índios viviam no espaço da Vila em condições nada dignificantes.

Além de escrever a respeito dos maus-tratos dos administradores, construindo-se um bom sertanista, o governador relata a dizimação dos índios, alçados pelos interesses de preadores sertanistas:

Todo este districto da Cuyabá acharam os primeiros Sertanistas coalhado de Gentio de que hoje não ha mais do que huns pequenos restos e os que Se achão na mam dos administradores que me parece Não chegaram a SeisCentos. Precizamente assim havia de Ser porque desde que estas terras Se descobriram Sempre os Sirtanistas andaram em busca delles. Chegando a aLguma aLdea depois de a renderem a poder de fogo metiam em correntes as molheres e homés que podiam terlhe Serventia ou pera a concupicencia ou pera o Serviço das roças e o que hera inutil passavam a cotelo ordenariamente Como tambem aos que no caminho mostravam qualquer repugnancia. Recolhidos a Suas Cazas os vendiam Como pretos chegando a rematalos publicamente ate o tempo de João Gonçalves Pereira que Servio de Ouvidor e pos nisso algum Cobro porem ficaram Sem [f. 3v] pre athe a minha vinda fazendo as mesmas vendas ou occultas ou paliadas. ALem disto os tratavam Com Sumo rigor ao mesmo tempo que nas Suas doenças os deichavam morrer ao dezemparo Cuidando tam pouco da Sua doutrina que huma grande parte dos que ainda ha estam por bautizar.²⁴

A narrativa reforça informações sobre o comércio movido pelo interesse na venda de nativos em diferentes regiões da colônia. Essas práticas de escravização e posterior comércio eram mais eficazes quando os índios eram considerados mansos, fiéis, dóceis e amigos, características que ganhavam importância e representavam um campo de atuação principalmente porque as informações circulavam nos espaços do poder colonial e metropolitano, tornando os índios alvo do interesse dos agentes coloniais e colonizadores, que pretendiam escravizar, aldear ou matar.

²³ Para estudo desse assunto, ver: INSTRUÇÕES dadas pela rainha ao governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, 19 jan. 1749. In: MOURA, Carlos Francisco. *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro conde de Azambuja: biografia*. Cuiabá: EdUFMT, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-Generais, 1), p. 127-137. INSTRUÇÃO Real. Lisboa, 19 jan. 1749, p. 128.

²⁴ CORRESPONDÊNCIA..., 1751.

Na Repartição do Cuiabá, além de serem persistentemente caçados por sertanistas, os índios foram também objeto de interesse dos agentes missionários e dos representantes do poder metropolitano; neste caso, do governador Antônio Rolim de Moura, com o fito de serem reduzidos a um sistema de aldeamento.

Depois de se estabelecer na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em julho de 1751, Antônio Rolim de Moura segue a orientação régia de encarregar-se da fundação de um aldeamento que estivesse sob a administração de um missionário da Companhia de Jesus no Distrito do Cuiabá, o jesuíta Estêvão de Castro, que foi o responsável pela organização de uma missão jesuítica em Santana do Sacramento, atual Chapada dos Guimarães.²⁵

O lugar escolhido para a fundação da Missão de Santana foi ocupado oficialmente pela ação colonizadora portuguesa nos anos vinte do Setecentos, quando o capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, doou a Carta de Sesmaria ao tenente-coronel Antônio de Almeida Lara, em 1726.

A propósito da escolha do lugar da missão, os argumentos apresentados por Estêvão de Castro tinham caráter elucidativo e avaliavam o local ponto por ponto, enfatizando o ambiente como o melhor lugar para a instalação da missão, onde parte dos indígenas que ali fossem morar era de Bororos. O primeiro motivo foi o fato de o lugar da Serra Acima estar livre de doenças, ser de fácil acesso e próximo da Vila do Cuiabá.²⁶

Para o missionário Estêvão de Castro, poderia haver investimentos em roças, pois ali existiam matas cuja extensão ele associou à capacidade nutricional do solo. A fertilidade da terra, segundo item avaliado, foi projetada a partir do indicador da existência de matas, “que dizem continuar por três dias de viagem, circunstância muito elogiável para roçarias”.²⁷ Nos estudos que tratam da legislação indigenista, há informação de que a Coroa ocupava-se em legislar por meio de Cartas Régias, instruções reservadas aos colonizadores. A respeito das

²⁵ CÓPIA DO TERMO DA JUNTA, que fez para a determinação do sítio em que se devia fazer para aldeia dos Padres da Missão. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 9 maio 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. *Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751-1808)*. Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Manuscrito, Livro C-08, Estante 1, [f. 6-14].

²⁶ CÓPIA DO TERMO DA JUNTA..., 1751.

²⁷ Idem.

terras para o aldeamento destinado aos índios, deveriam levar em consideração as dimensões, a produtividade para o plantio das roças e rio para as pescarias.²⁸

O aldeamento construído na Chapada dos Guimarães teve por objetivo a realização do projeto colonial, pois garantiria a conversão, a ocupação do território, sua defesa e constante reserva de mão de obra para o desenvolvimento econômico da frente colonizadora nos tempos em que se convencionou chamar de mercantilismo. Sobretudo, naquele contexto, atendeu às instruções da rainha de Portugal, a fim de efetivar a política de proteção aos índios mansos, por meio da política de aldeamento.

Os índios Bororo figuram na documentação referente à missão jesuítica denominada Santana, fundada em Chapada dos Guimarães, no ano de 1752. Houve muitas exigências para a fundação daquela missão (aqui, são elencadas a fim de apresentar a presença dos índios Bororo, na escolha daquele lugar, e não em outro, a exemplo do Coxipó Assu, ou na região do Pantanal). Os homens de poder político, econômico e religioso escolheram o lugar devido a existência de rios piscosos, pelas considerações climáticas, pela terra rica em frutos, pelos bons ventos, pela ocupação territorial dos Bororo, que haviam morado nas terras da Serra Acima da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

A região, mesmo com temperaturas baixas, tinha fauna abundante, o que era outro ponto positivo para a opção, visto que os índios Bororo caçavam animais para a alimentação dos agentes missionários. Também, apesar das baixas temperaturas, os Bororo puderam, com suas vestimentas, enfrentar por décadas tal circunstância: “O frio que dizem que lá há eu experimentei, é sofrível, nessa paragem estão vivendo a dez anos alguns casais de Bororos com aquela cobertura que costumam trazer para os demais, que ou poucos ou muitos têm os moradores da chapada”.²⁹

A missão ali erigida tomou o nome de Missão de Santana em homenagem à avó de Jesus. Optou-se pelo lugar por ali existirem casas, ranchos e engenhos de fazer farinha de mandioca, oferecendo aos índios (Bororo, Paiaguá e Paresi) o seu sustento, juntamente com o plantio de milho e do feijão, mais a atividade de pesca e caça.

²⁸ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998. p. 118.

²⁹ CÓPIA DO TERMO DA JUNTA..., 1751.

Os índios Bororo não estavam apenas na Missão de Santana, mas também na fronteira Oeste, no Guaporé. Para os portugueses, a região do Guaporé era território a ser conquistado por ações de povoamento, fundação da sede do governo e fundamentalmente com a política de Demarcação de Limites, que exigia investimento humano no trabalho de ocupação e valorização das terras por indígenas e não indígenas, concessão de sesmarias a casais brancos, fundação de vila, povoados, fortes... O sertão oriental do Rio Guaporé foi cuidadosamente defendido pela Coroa portuguesa, e as tentativas espanholas de conquista foram rechaçadas pelo trabalho também dos índios Bororo:

Por Goiás dei conta Vossa Excelência da notícia, que tive, de quererem os padres espanhóis continuar as entradas ao sertão da nossa banda, de cuja conta remeto agora as segundas vias. Com efeito saiu desta vila o Alferes de Dragões a 27 de dezembro com duas canoas armadas em guerra com duas pecinhas de amiudar, bastantes armas de fogo, e perto de quarenta homens, entrando dragões, sertanistas, pedestres, e índios Bororo, que são mais esforçados, que há por estas terras, e usam bem das armas de fogo.³⁰

As nações indígenas representavam, segundo o escrito documental, a própria continuidade do projeto colonial na fronteira oeste da colônia portuguesa. Para a região de Mato Grosso, se não fossem os índios, certamente a população que vinha de outros lugares não teria sobrevivido devido às inúmeras dificuldades advindas do processo de expansão por território inóspito e dificultoso. Tal dependência se manifestava de diversas formas, dentre as quais o trabalho. Compunha a força de trabalho empregada em atividades vitais para o sucesso da colonização: os índios formaram aldeias, remavam, pegavam em armas, serviam como guardiões na fronteira e de guias para o reconhecimento do território. Os índios Bororo trabalharam na região vizinha aos espanhóis e foram trazidos, por ordem do Governador, do Distrito do Cuiabá para reforçar a política de povoamento naquela margem:

Eu mandei vir do Cuiabá uns poucos homens com Índios Bororo para se estabelecerem por este rio abaixo como a Vossa Excelência me parece escrevi já, e prometendo-lhe, que lhes não tiraria nunca. Pois passados poucos dias de estabelecidos na paragem, aonde eu os queria, foi tal o medo, que tomaram deste clima, que eles mesmos induziram os Bororo, a que fugissem, para com esse pé se retirarem e fazendo eu também diligência por reduzir alguns sertanistas, ainda bastardos a viverem na vizinhança da Aldeia de

³⁰ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de março de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. (Org.). *D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja*. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3, p. 55.

S. José arrumados com outros, que por lá estão, não foi possível conseguir-se; porque é grande o medo, que por toda a parte há de Mato Grosso e aqui em Mato Grosso também o há bastante de rio abaixo. Antigamente andaram muitos por aquelas paragens mas era com o fim de conquistarem gentio, que vinham vender a estas Minas, e desses, e de alguns criminosos, é que se compõem os poucos, que ainda por lá estão, e esta casta de gente ordinariamente é inconstante, e vadia, incapazes de conservarem por muito tempo o posto, antes muitos deles se passariam facilmente para as aldeias espanholas.³¹

Foram os índios que também serviram à produção de alimentos em pontos estratégicos, lugares por onde passavam comerciantes e autoridades coloniais. Os colonos também se apropriaram dos saberes e das técnicas constitutivos do universo cultural indígena.³²

Antônio Rolim de Moura atribui ao índio faces muito desiguais, resultantes das possíveis relações de aliança entre os colonizadores e as nações indígenas. Essa fronteira, ocupada por índios considerados trabalhadores em comparação aos índios inimigos, dependia de um delicado equilíbrio de alianças entre estes e os lusos ou, nesse caso, com o governador. Rolim de Moura classifica as sociedades indígenas sob diferentes olhares, e a interpretação das imagens construídas remete a estereótipos de representação dos tipos aceitáveis e reconhecíveis e de sociedades que ele considera totalmente distintas de sua cultura, além de julgá-los inimigos, infieis, traiçoeiros, bichos, pestilentos, incivilizados, traiçoeiros...

O fato de haver contribuição do trabalho indígena no processo da colonização, ou em suas ações de combate aos movimentos de resistência, é uma informação que serve para análise da política do Império português no uso do índio como “guardião da fronteira”, trabalhador e defensor das terras que foram feitas portuguesas. Às outras sociedades eleitas inimigas, resultava o destino da política de extermínio.

A obra da antropóloga Denise Maldini Meireles trata dos índios no vale do Rio Guaporé e concentra-se na história das duas principais missões espanholas: Mojos e Chiquitos. A autora mostra que os portugueses punham em prática a política da manutenção da naturalidade de algumas nações, conservando-as em seus territórios para assim assegurar o domínio e estender a área de interesse no espaço de fronteira. Meireles acrescenta que, enquanto os espanhóis, ocupando o lado ocidental do Guaporé, fundaram as missões de Mojos e de

³¹ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 111-112.

³² GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, EdUFMT, 2012.

Chiquitos, no lado oriental os portugueses pouco fizeram em investimentos missionários. Nessa perspectiva, a autora diferencia os estímulos dos espanhóis em comparação à exiguidade da política missionária dos portugueses:

A margem oriental ostentava uma paisagem dominada pela floresta e pelos campos vazios de homens, os tributários da margem ocidental exibiam as missões, algumas com milhares de habitantes, que se agrupavam em torno de igrejas de estilo gótico ornamentadas por objetos sacros de prata confeccionados por índios.³³

No ano de 1755, a Coroa portuguesa editou o “Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario”. Em 1758, os seus efeitos foram estendidos ao restante da América portuguesa. O *Directório* instruía e legitimava o comportamento do colonizador em relação às populações indígenas envolvidas nos trabalhos de demarcação da fronteira norte do Brasil. Dentre outras recomendações, a lei determinava atitudes mais incisivas de proteção aos índios visando à integração do *gentio* ao projeto “civilizador”. Embora não se constituísse “uma novidade, em termos de instrumento jurídico de políticas coloniais”, o *Directório* materializou uma conduta política relativa às populações indígenas, legalizando um discurso precedente de proteção e liberdade, de forma geral, e especialmente aos índios considerados mansos.³⁴

Nesse enredo do avanço dos representantes coloniais sobre as terras do extremo oeste da colônia portuguesa, são protagonistas os Paresi e os Bororo. O governador construiu alianças com os índios Bororo da Campanha – historicamente representados como índios pacíficos –, e com a finalidade de fazê-los empreendedores do processo de colonização, os sacerdotes deveriam usar de persuasão para que eles bem servissem à política da fronteira e aprendessem a falar português, pois isso representava maior segurança das terras em conquista e uma futura política da vassalagem, posta nas leis do *Directorio*, no intuito de fazerem dos índios “trabalhadores úteis” e fiéis vassalos da Coroa.

³³ MEIRELES, 1989, p. 10.

³⁴ Nas palavras de Rita Heloísa de Almeida, o *Directório* significa “um documento jurídico que regulamentou as ações colonizadoras dirigidas aos índios, entre os anos de 1757 e 1798 [...], um instrumento jurídico criado para viabilizar a implantação de um projeto de civilização dos índios na Amazônia”. (ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Directório dos índios: um projeto de civilização no Brasil no século XVIII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. p. 14-15).

[...] é muito importante que se cuide em aldear índios e que se lhe faça toda a diligência pelos trazer a povoações em que vivam na mais segura liberdade, que saibam falar português e que os filhos aprendam a ler e escrever a que tiverem inclinação para isto buscar a Vossa Senhoria os meios da brandura e da persuasão em guerra, nem armas que pareça que os vão ofender, e quanto a missionários veja Vossa Senhoria por hora se pode achar qualquer sacerdote que os instrua na doutrina cristã, e que os ensine a ler e a terem bons costumes, porque essas povoações sempre se hão de reduzir nas terras minerais nem convém por muitos princípios.³⁵

Para a construção das relações econômicas portuguesas estabelecidas na região, os índios foram incorporados como mão de obra, inseridos em atividades econômicas vitais à exploração e defesa das terras coloniais. A prova disso estava na composição étnica das guarnições de soldados pedestres da fronteira. O governador explica como era composta essa microsociedade, na qual também foram incluídos índios considerados hábeis para a guerra. Importantes agentes nos trabalhos de defesa da região do Guaporé, envolvidos nos conflitos com os padres espanhóis, os servidores lutaram pelos interesses lusos, por terra e por água:

Os soldados pedestres desta capitania são enquanto ajustou das qualidades seguintes: bastardos (por isto cá na América se entende filho de branco com índio), mulatos, caribocas (isto é, filho de preto, e índio, e estes são ordinariamente os que melhor provam) e também se admite algum índio puro principalmente Bororos, pela habilidade, que têm de serem bons rastejadores, o que é de grande utilidade nas diligências. Andam sempre descalços de pé e perna, e o seu único vestido é um jaleco, e umas bombachas. As armas de que usam é uma espingarda sem baioneta, uma bolsa de caça, e uma faca de matto: vencem de soldo setenta e seis de ouro por dia, que corresponde a pouco mais de oito vinténs, e quatro réis da moeda do Reino, e uma quarta de farinha de milho pra dez dias, quando vão de marcha, ou destacados se lhe dá além disto meia quarta de feijão para dez dias, uma quarta de toucinho por dia, e um prato de sal por mês; a farda é a que acima disse, a que se ajunta um chapéu, duas camisas.³⁶

Os Bororo pelo visto eram os preferidos de Rolim de Moura. Hábeis para realizar trabalhos que exigiam força, tinham destreza e resistência em uma natureza que oferecia dificuldades no transporte por terra,

³⁵ OFÍCIO (minuta) [do secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real] ao governador de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura sobre a comunicação com o Grão Pará pelo Rio Madeira. Lisboa, 1 de junho de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. *Projeto Resgate*. Caixa 7, doc. n. 430.

³⁶ CARTA..., 25 de fevereiro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 47-48.

Enquanto ao serviço que deles se tira é grande porque verdadeiramente diligência nenhuma podem fazer os Dragões alguma coisa distante dos povoados, sem levarem consigo pedestres. Na escolta das Monções, e sem todas as mais diligências de rio servem estes de pilotar, e remar as canoas, e ao mesmo tempo podem servir bem na ação, porque são de ordinário bons atiradores. Poupam o que seria necessário dispender-se com os que se alugassem em seu lugar, que nunca se acham por menos de oitava por seis dias, além do comer, e com a circunstância que os pedestres estão prontos a qualquer hora que são precisos, e são hábeis para a ministério; porque disso tiro informação antes, que lhe assente a praça e nos alugados custa muitas vezes a achar estes requisitos.³⁷

Os índios Bororo trabalharam na região vizinha aos espanhóis e foram trazidos, por ordem do governador, do Distrito do Cuiabá para reforçar a política de povoamento naquela margem:

Eu mandei vir do Cuiabá uns poucos homens com Índios Bororo para se estabelecerem por este rio abaixo como a Vossa Excelência me parece escrevi já, e prometendo-lhe, que lhes não tiraria nunca. Pois passados poucos dias de estabelecidos na paragem, aonde eu os queria, foi tal o medo, que tomaram deste clima, que eles mesmos induziram os Bororo, a que fugissem, para com esse pé se retirarem e fazendo eu também diligência por reduzir alguns sertanistas, ainda bastardos a viverem na vizinhança da Aldeia de S. José arrumados com outros, que por lá estão, não foi possível conseguir-se; porque é grande o medo, que por toda a parte há de Mato Grosso e aqui em Mato Grosso também o há bastante de rio abaixo. Antigamente andaram muitos por aquelas paragens mas era com o fim de conquistarem gentio, que vinham vender a estas Minas, e desses, e de alguns criminosos, é que se compõem os poucos, que ainda por lá estão, e esta casta de gente ordinariamente é inconstante, e vadia, incapazes de conservarem por muito tempo o posto, antes muitos deles se passariam facilmente para as aldeias espanholas.³⁸

Ter pesquisado sobre os índios Bororo serve, em parte, à tentativa de entender, por meio da projeção das imagens negativas e excludentes, processos políticos e econômicos que promoveram ao longo da história o extermínio de muitas nações da paisagem da América portuguesa. Algumas nações indígenas descritas pelo governador atualmente são nomes que constam apenas nos registros oficiais e em relatos sertanistas. Outras conseguiram permanecer, apesar dos grandes enfrentamentos que lhes subtraíram vidas, territórios e sua cultura milenar.

³⁷ CARTA..., 25 de fevereiro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 47-48.

³⁸ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 111-112.

Na Vila do Cuiabá havia os Bororo, que trabalharam na missão de Santana e na zona limítrofe fizeram frente na defesa militar. Foram índios “amigos e prestativos”. De maneira, que este fragmento histórico de pesquisa permitiu entender que no trabalho de demarcação da fronteira, na construção da sede do poder, negros, mulatos e índios, especialmente, os Bororo, foram requisitados para os mais diversos trabalhos. Os Bororo foram índios elogiados pelo Governador, pois “sabiam pegar em armas”, formaram milícias, “andavam descalços” e nem precisavam de muitas vestes, e melhor: recebiam alguma comida como recompensa às atividades de defesa.

Assim fizeram os Bororo, na parte que a pesquisa bibliográfica possibilitou investigar, e nos documentos Setecentistas que foram lidos. Neste sentido, no intuito de finalizar tão variado campo de discussão, são citadas as explicações de Maria Regina Celestino de Almeida:

Os povos indígenas tiveram participação essencial nos processos de conquista e colonização em todas as regiões da América. Na condição de aliados ou inimigos, eles desempenharam importantes e variados papéis na construção das sociedades coloniais e pós-coloniais. Foram diferentes grupos nativos do continente americano de etnias, línguas e culturas diversas que receberam os europeus das formas mais variadas e foram todos, por eles, chamados índios. Eram, em sua grande maioria, povos guerreiros, e suas guerras e histórias se entrelaçaram, desde o século XVI, com as guerras e histórias dos colonizadores, contribuindo para delinear seus rumos.³⁹

O intento deste texto foi mostrar fragmentos da presença indígena na parte mais central da América do Sul e na fronteira Oeste, com o sentido político de alertar a sociedade quanto à contribuição histórica desses povos e do respeito que merecem nas relações estatais e privadas, na maioria das vezes estabelecidas de forma autoritária. Maiormente, aviltante dos direitos à vida de povos que construíram patrimônios culturais à nação e, em particular, ao Estado de Mato Grosso.

³⁹ ALMEIDA, 2010, p. 7.